



## CONFEDERAÇÃO NACIONAL INDEPENDENTE DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

A Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação, atendendo ao atual momento vivido na educação considera que:

A Escola dos nossos filhos mudou muito! Para o bem e para o mal!

### Para o bem!

Os dados do Recenseamento de 2011 revelam que se fizeram enormes progressos na resolução dos nossos maiores problemas em matéria de educação: a concretização da escolaridade obrigatória e a melhoria da qualificação dos adultos.

Retemos, apenas, quatro indicadores:

- A redução drástica da taxa de analfabetismo (de 9% para 5% entre 2001 e 2011) e
- Do número de pessoas que não completaram qualquer grau de ensino (de 18% para 10%),
- A redução do número de jovens a trabalhar sem o secundário completo (de 44% para 23%).
- O aumento do número de crianças que frequentam a educação pré-escolar (de 52% para 75%) e
- Portugal está entre os 19 países que conseguiram melhores resultados (PIRLS) no Progress in International Reading Literacy Study, um estudo internacional que avaliou as capacidades de leitura dos alunos do 4.º ano de 49 países.

Vale a pena recordar que o período entre 2001 e 2008 foi marcado por medidas de contenção e racionalização da despesa pública de educação. No entanto, nesse mesmo período foram criados novos serviços de educação como o ensino do Inglês no primeiro ciclo, o ensino profissional nas escolas públicas e o programa Novas Oportunidades.

### Para o mal!

- Portugal foi o único país da União Europeia que nos testes PISA de 2009 apresentou em simultâneo uma “despesa elevada” em Educação e “maus resultados” naquela provas, que visam aferir a literacia dos jovens de 15 anos em leitura, matemática e ciências, conclui-se num artigo que acompanha o Boletim de Inverno do Banco de Portugal.

A redução de assistentes operacionais nas escolas onde o rácio por aluno cada vez é menor e não se compreende nem se aceita um rácio tão pequeno.

A redução drástica aos alunos com necessidades educativas especiais, nomeadamente horas de apoio a estes alunos considerados especiais.

Sede Social:  
Avenida 1.º de Maio, n.º 71, 1.º Dto  
2430 – 210 - Marinha Grande  
Fax: 244560679

Apoio Administrativo:  
Praceta Ferreira de Castro, n.º 14  
2735-104 – Aqualva  
Tel/Fax: 219148352

e-mail: [cnipe.cnipe@gmail.com](mailto:cnipe.cnipe@gmail.com)

site: [www.cnipe.pt](http://www.cnipe.pt)

e-mail: [fapsintra@gmail.com](mailto:fapsintra@gmail.com)



## CONFEDERAÇÃO NACIONAL INDEPENDENTE DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

O debate atual está marcado pela preocupação de reduzir a despesa pública mas distante do problema da qualificação dos nossos filhos e educandos. Podemos até duvidar que os objetivos a que se referem os quatro indicadores apresentados façam ainda parte da agenda política.

Podemos perguntar-nos porque não se debate como é que, com os atuais problemas financeiros, vamos conseguir concretizar a escolaridade obrigatória de 18 anos ou como vamos renovar as oportunidades de formação para os adultos.

Os dois tópicos que dominam o debate público são o da transferência da prestação do serviço público para instituições privadas e o da transferência de parte da despesa de educação para as famílias. Os argumentos usados sublinham que a despesa é muito elevada, sobretudo na escola pública, e que esta poderia ser reduzida com a gestão privada das escolas ou com o aumento da participação financeira das famílias.

O que mais surpreende nesta discussão é a forma como são ignorados os factos, a informação disponível, o conhecimento sobre os problemas e a experiência doutros países. Mas surpreende também a ausência de discurso político sobre os grandes objetivos estratégicos da educação e a forma de os atingir na atual situação de crise económica e financeira.

A controvérsia que opõe escola pública a escola privada, declarando a falência de uma e enaltecendo as virtudes da outra, é sobretudo ideológica e motivada por interesses ainda não explicitados.

Toda a informação disponível sobre a prestação do serviço público de educação por privados mostra que essa opção não implica menos gastos nem dá garantias de uma melhoria global da qualidade do ensino e dos resultados.

Não dispomos de avaliações rigorosas sobre esta questão em Portugal, mas os estudos conduzidos pela OCDE com base em comparações internacionais concluem que a privatização dos sistemas públicos de educação não garante a qualidade global e agrava os riscos de aumento das desigualdades escolares e sociais.

Ganharíamos em diversificar ainda mais, explorando, por exemplo, o envolvimento e a responsabilização das autarquias nas políticas de educação.

Como ganharia também a Escola em aprofundar a participação dos pais na vida das escolas.

Porém, estas opções têm mais a ver com pluralismo e governabilidade do que com economia.

Por falar em economia, importa dizer que o dever do rigor e da eficiência no uso de recursos públicos respeita a todos, às instituições públicas e às instituições privadas, no sector da educação como em todos os outros sectores. Alterar regras de funcionamento e de alocação de recursos, evitar os desperdícios e conseguir economias de escala, avaliar a utilização dos recursos em função de objetivos claros e fazer

**Sede Social:**  
Avenida 1.º de Maio, n.º 71, 1.º Dto  
2430 – 210 - Marinha Grande  
Fax: 244560679

**Apoio Administrativo:**  
Praceta Ferreira de Castro, n.º 14  
2735-104 – Aigualva  
Tel/Fax: 219148352

e-mail: [cnipe.cnipe@gmail.com](mailto:cnipe.cnipe@gmail.com)

site: [www.cnipe.pt](http://www.cnipe.pt)

e-mail: [fapsintra@gmail.com](mailto:fapsintra@gmail.com)



## CONFEDERAÇÃO NACIONAL INDEPENDENTE DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

escolhas deve ser parte de uma agenda de reformas que permitam tornar sustentáveis as políticas de educação.

Porém, as preocupações com a eficiência e a racionalização dos recursos não podem transformar-se no único objetivo das políticas educativas, perdendo-se de vista os grandes problemas nesta matéria.

Em Portugal, é preciso continuar o esforço de educação centrado no objetivo de concretização da escolaridade obrigatória, ou seja, é preciso conseguir que todos os alunos que estão na escola concluem o seu percurso. Por razões de cidadania, mas também porque essa é a condição básica do desenvolvimento económico do país e da redução das desigualdades. Por outro lado, e pelas mesmas razões, é preciso criar oportunidades de formação para os adultos com baixas qualificações.

Mais do que debater os cortes em Educação, quando qualquer bom economista da Educação sabe que é em contra-ciclo, em tempos de crise, que se fazem os investimentos adequados para um posterior arranque, começa a ser essencial percebermos o que se define como um modelo definitivo.

Todos nós sabemos que a Escola está triste, todos os seus profissionais andam tristes, principalmente por não saberem se para o próximo ano continuam na Escola, mas felizmente os profissionais da Educação têm estado atentos e solidários com os nossos filhos e educandos, evitando este “contágio”.

O ano de 2013 consolidou e o de 2014 parece tornar quase irreversível uma dupla tendência preocupante e negativa para uma Educação que se pretenda de qualidade: a tendência para a Concentração e a Distância.

### **A Concentração verifica-se a três níveis:**

- No afunilamento do aparelho administrativo do Ministério da Educação e Ciência (MEC), que se esqueceu que a centralização se combate com a desconcentração dos serviços e não com o seu recuo para o aparelho central, com o desaparecimento das Direcções-Regionais de Educação (DRE), cujas funções são assumidas por uma nova Direcção-Geral Central.

Com qualidades e defeitos, com os seus hábitos feudalizados e alguns abusos, as DRE – como antes as Coordenações de Administração Escolar (CAE) – eram organismos que levavam alguma proximidade da gestão da política educativa até às escolas.

A nova Direcção-Geral dos Estabelecimentos Escolares é a antítese disso e representa uma solução de tipo concentracionário, retirando qualquer nível intermédio entre as agora chamadas unidades orgânicas de gestão e o centro de decisão, cada vez mais concebido como Centro único. O que não significa maior autonomia das escolas, mas sim maior desprotecção dos agentes educativos locais perante os desmandos dos centros locais de decisão.

- Em seguida, na sequência de uma reordenação da rede escolar que acentua de forma dramática a centralidade urbana e do litoral desde os níveis iniciais da escolaridade. Nunca como na última década

**Sede Social:**  
Avenida 1.º de Maio, n.º 71, 1.º Dto  
2430 – 210 - Marinha Grande  
Fax: 244560679

e-mail: [cnipe.cnipe@gmail.com](mailto:cnipe.cnipe@gmail.com)

site: [www.cnipe.pt](http://www.cnipe.pt)

**Apoio Administrativo:**  
Praceta Ferreira de Castro, n.º 14  
2735-104 – Aigualva  
Tel/Fax: 219148352

e-mail: [fapsintra@gmail.com](mailto:fapsintra@gmail.com)



## CONFEDERAÇÃO NACIONAL INDEPENDENTE DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

a rede escolar primária ou de 1.º ciclo abandonou tantas zonas do território, colaborando na sua desertificação e num processo de país a duas ou três velocidades como agora. Embora com meios de transporte de outro tipo, a realidade é que este processo de recuo da rede escolar é inédito em toda a nossa História contemporânea, remetendo para um modelo anterior ao Liberalismo vintista do século XIX. A expansão da rede escolar a partir do litoral e dos centros urbanos e municipais para as zonas mais interiores e rurais foi um processo praticamente contínuo durante mais de 150 anos que os últimos 10/20 fizeram refluir muito para além de uma qualquer racionalidade financeira.

- Por fim, ao nível da gestão escolar, a opção por continuar o processo de concentração em mega-agrupamentos cada vez maiores leva a que os centros de decisão, mesmo a nível local, se concentrem cada vez mais, tanto do ponto de vista administrativo como do ponto de vista pedagógico. A junção de escolas de diferentes níveis de ensino numa articulação vertical tem as suas vantagens, mas essas entram em colapso quando se força a junção de estabelecimentos de ensino com práticas e projetos diversos, com culturas de escola conflituantes, forçando a homogeneização do que era diverso e impondo um modelo único de gestão em que a direção, o conselho pedagógico, o conselho geral e até os cargos de chefia intermédia como as coordenações de departamento estão cada vez mais distantes daqueles que devem acompanhar, orientar ou supervisionar.

Mas o reforço da Concentração leva ainda ao aumento da Distância e à demolição de qualquer modelo de escola de proximidade. Porque a distância dos centros de decisão passa a ser cada vez maior em relação às próprias escolas e, muito em especial, em relação à sala de aula.

- Com o MEC a concentrar-se sobre si mesmo, a generalidade das decisões que se traduzem em atos legislativos e normativos variados, são discutidas e tomadas longe das escolas, longe daqueles que os devem implementar, tornando-se o diálogo cada vez mais unidirecional e unidimensional.
- Nos mega-agrupamentos, agora mais parecem ser tera-agrupamentos as decisões sobre o quotidiano de milhares de alunos, centenas de professores e dezenas de funcionários passam a ser tomadas por um punhado de pessoas que, exceção (parcial) feita ao Conselho Geral, devem os seus cargos a nomeações ou pseudo-eleições feitas à medida dos interesses de uma direção unipessoal.

A Concentração e a Distância são fenómenos que qualquer bom senso indica serem fortemente prejudiciais para um sector como a Educação. Porque quebram laços de proximidade e solidariedade. Porque afastam decisores de executores. Porque afastam as decisões das salas de aula. Porque minorizam alunos e famílias que também fazem o quotidiano da Educação e são elementos essenciais para a sua melhoria qualitativa e não meramente para o equilíbrio das colunas de deve e haver traçadas já não em papel almaço mas em folha de cálculo.

Seja qual for o pretexto, são opções erradas.

Uma palavra final para o novo Estatuto do Aluno e Ética escolar aprovado em Setembro de 2012. O mesmo não é exequível, contém incoerências e os Pais só podem criticar quando o mesmo apenas pretende

**Sede Social:**  
Avenida 1.º de Maio, n.º 71, 1.º Dto  
2430 – 210 - Marinha Grande  
Fax: 244560679

e-mail: [cnipe.cnipe@gmail.com](mailto:cnipe.cnipe@gmail.com)

site: [www.cnipe.pt](http://www.cnipe.pt)

**Apoio Administrativo:**  
Praceta Ferreira de Castro, n.º 14  
2735-104 – Aigualva  
Tel/Fax: 219148352

e-mail: [fapsintra@gmail.com](mailto:fapsintra@gmail.com)



## CONFEDERAÇÃO NACIONAL INDEPENDENTE DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

penalizar em vez de ajudar. Deviam ser criadas medidas preventivas e ainda após 2 anos da alteração da constituição do Conselho Pedagógico os Pais podem e devem questionar. O que a Escola e os nossos filhos “ganharam” com esta nova composição deste órgão tão importante na Escola?

O acréscimo dos números dos alunos por turma irá ter como consequência direta o aumento do insucesso, indisciplina e violência em contexto escolar, o fim da implementação de uma pedagogia diferenciada na sala de aula assim como o direito a um ensino adequado às necessidades de cada aluno;

A atual legislação no que os exames nacionais concernem, é exclusiva pois não contempla princípios de equidade, nomeadamente necessidades especiais de determinado alunos pondo em causa o seu sucesso e progressão escolar, contradizendo os seus princípios postulados no DL nº3/2008;

- As famílias portuguesas atravessam graves dificuldades económicas, refletindo-se esta situação na aquisição de material escolar, transportes e alimentação;
- Para que não se verifique um retrocesso a CNPE considera que a legislação deve ser cumprida no que respeita às cartas Educativas, aos Conselhos Municipais de Educação, aos Conselhos Gerais dos Agrupamentos e ainda que:
  - 1- Se alterem as regras de constituição de turmas e se cumpra a Constituição Portuguesa no que diz respeito à igualdade de oportunidades para todos;
  - 2- As regras de acesso à ação social escolar permitam na prática ajudar as famílias com mais necessidades devendo-se rever estas condições a este tipo de apoio.

Ao não se respeitar estas exigências mínimas está-se a colocar em causa o acesso à Escola Pública através da sua desvalorização e a minimizar o seu papel como o meio mais importante na construção de cidadãos e cidadãos informados e participativos abrindo-se deste modo a porta ao negócio da educação o que os Pais contestam.

**Sede Social:**  
Avenida 1.º de Maio, n.º 71, 1.º Dto  
2430 – 210 - Marinha Grande  
Fax: 244560679

**Apoio Administrativo:**  
Praceta Ferreira de Castro, n.º 14  
2735-104 – Aqualva  
Tel/Fax: 219148352

e-mail: [cnipe.cnipe@gmail.com](mailto:cnipe.cnipe@gmail.com)

site: [www.cnipe.pt](http://www.cnipe.pt)

e-mail: [fapsintra@gmail.com](mailto:fapsintra@gmail.com)